

Política



VEREADORES da Serra: a partir do próximo mês, 10 dos 15 assessores de cada parlamentar ficarão livres do ponto

CÂMARAS E ASSEMBLEIA

Mais de 600 servidores são liberados do ponto

Justificativa de parlamentares é a necessidade de trabalho externo. Só na Assembleia, 240 estão nesta situação

Ricardo Aiolfi

Pelo menos 663 assessores de parlamentares são autorizados, atualmente, a trabalhar sem bater o ponto eletrônico, na Assembleia Legislativa e nas câmaras de vereadores de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. O número considera só os servidores lotados nos gabinetes.

A não obrigatoriedade do ponto vale para os assessores que atuam em atividades externas, como acompanhamento de obras, articulação com comunidades, entre outros. Para controlar a frequência de trabalho, os servidores que não batem o ponto precisam apresentar um relatório diário ou semanal com as atividades desempenhadas.

O caso que mais chama a atenção é na Câmara da Serra, onde, a partir do próximo mês, cada um

dos 23 vereadores poderá ter 10 dos 15 assessores trabalhando em atividades externas, ou seja, sem precisar bater o ponto. Se todos os parlamentares optarem pelos 10 assessores em atividade externa, o número irá chegar a 230 assessores desobrigados do ponto.

O vereador da Serra Gideão Svensson (PR), que votou contra a regulação que determina a mudança, diz que ela favorece o surgimento de fraudes: "Defendo que tudo deve ter controle. No poder público, há uma cultura de que tudo pode. Não posso concordar com isso, pois favorece o aparecimento de servidores fantasmas".

Um mal-estar entre a Assembleia e o Ministério Público surgiu após a denúncia de que cinco de-

putados e ex-deputados mantinham servidores fantasmas nos gabinetes do Legislativo.

Na Casa, cada um dos 30 deputados pode ter hoje até oito dos 18 assessores atuando sem a necessidade de bater o ponto.

Para o deputado Sérgio Majeski (PSDB), o controle deve ser rígido em todos os órgãos. "Estamos lidando com dinheiro público. Tudo tem de ter controle. É preciso que os parlamentares tenham responsabilidade", declarou.

Em Cariacica, os vereadores vão ter direito, a partir de amanhã, a cinco assessores atuando sem a obrigação do ponto. O presidente da Câmara, César Lucas (PTC), informou que até ontem nenhum parlamentar solicitou a liberação.

RAIO X DOS ASSESSORES

ÓRGÃO	ASSESSORES POR PARLAMENTAR	ASSESSORES QUE NÃO BATEM O PONTO	TOTAL SEM PONTO
Assembleia Legislativa	18	8	240
Câmara da Serra	15	10	230
Câmara de Cariacica	12	5	95
Câmara de Vila Velha	10	4	68
Câmara de Vitória	20	2	30
TOTAL			663

COMO FUNCIONA

Relatório apresentado à chefia

Atividades externas

- > PARA DESEMPENHAR funções fora do gabinete, os parlamentares contam com assessores que têm permissão para atuar fora do órgão.
- > DEVIDO à natureza da atividade externa, esses assessores ficam dispensados de bater o ponto.
- > CADA ÓRGÃO estabelece um número máximo de assessores por gabinete que podem atuar nestas condições.

Prestação de contas

- > OS ASSESSORES devem apresentar relatório com as atividades desempenhadas nas atividades externas.
- > O RELATÓRIO deve ser assinado pelo parlamentar responsável ou pelo chefe de gabinete e apresentado, posteriormente, à administração da Câmara ou Assembleia Legislativa.
- > A FALTA de ponto dificulta a fiscalização de servidores fantasmas.

Vereadores defendem a atividade externa

Os presidentes das câmaras de vereadores defenderam a atuação de assessores com atividades externas. Para o presidente da Câmara da Serra, Neldia Pimentel (sem partido), a fiscalização não permite a existência de servidores fantasmas.

"O chefe de gabinete vai ter que assinar todos os relatórios, que vai ser feito diariamente. Os assessores são importantes no contato com a comunidade."

PLENÁRIO

plenario@redetribuna.com.br

Fiscalização da Transparência

O Tribunal de Contas do Espírito Santo está fazendo uma auditoria nos Portais de Transparência de todas as prefeituras e câmaras do Estado. O diagnóstico, que deve sair no final de novembro, deve gerar, entre outras coisas, uma cartilha de orientações para que as informações sobre a gestão pública sejam, realmente, públicas e acessíveis.

Apesar da Lei de Transparência ser de 2009, ainda há muitas falhas na divulgação dos dados. Uma delas é a falta de atualização dos portais. "A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a atualização das informações deve ser em tempo real, mas há uma falta de entendimento com relação a isso", disse o secretário-adjunto de controle externo do TCE, Alexsander Alves.

Ele informou também que o gestor pode ser notificado pelo tribunal por não divulgar os dados corretamente.

* * *

Para pôr fim às brigas

O deputado Sérgio Majeski prepara projeto em que prevê uma equipe de técnicos do Tribunal de Contas para atuar na transição de governo. Seria para evitar informações "diferentes" de quem sai e de quem entra.

Informado, o TCE disse que não conhece o texto, mas que está à disposição para prestar informações para as equipes de transição.

Inconformado

O vereador da Serra Gideão Svensson vai esperar o promotor responsável pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e a Câmara do município voltar das férias, no dia 15, para tentar anular a liberação de 10 assessores, de cada vereador, de bater o ponto.

"You ver com ele o que pode ser feito, o TAC foi descaracterizado".

* * *

Explicação sobre diárias

O Tribunal de Contas do Estado notificou o prefeito de Nova Venécia, Mário Sérgio Lubiana, para que apresente defesa em 15 dias em processo que investiga possíveis irregularidades em diárias.

Em outra ocasião, quando questionado pela Câmara de Vereadores da cidade sobre o mesmo caso, o prefeito alegou que teria recebido diárias em duplicidade por engano, mas que já teria devolvido.

Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Protocolo 177285
Renan testa as acentuações dessa Biróscia
Protocolo 176069
Secretaria de Assistência Social
Conselho

O teste de Renan

Na página 8 do Diário Oficial de ontem, o protocolo 176069 dava um importante recado: "Renan testa as acentuações dessa Biróscia (sic)". A assessoria do DIO afirmou que foi um erro do sistema e o que seria um teste foi parar na plataforma de publicação. Mas, afinal, o Renan testou a acentuação???

* * *

Deputado vai a Brasília para presidir PRP

O deputado estadual Hudson Leal (PRP) foi a Brasília depois de não obter resposta sobre seu pedido, protocolado no diretório estadual, para presidir o partido em Vila Velha. Ele protocolou o pedido no diretório nacional da legenda.

Marcus Alves, presidente estadual do PRP, disse que não recebeu o pedido do deputado e que não cabe a ele decidir sobre a presidência do diretório. "É o grupo de Vila Velha que decide. Não há discussão sobre mudar o diretório".

GALERIA

ASSEMBLEIA GERAL

Os servidores do Ifes, que estão em greve, fazem hoje, 14h, assembleia geral no campus de Jucutuquara, para decidir sobre o movimento.

FORA, CUNHA!

Dos 35 deputados que assinaram manifesto pedindo a saída de Eduardo Cunha da presidência da Câmara, ontem, 2 são capixabas: Givaldo Vieira e Helder Salomão, ambos do PT.

CAPOEIRA E FUNK NA CÂMARA

Hoje, para comemorar o Dia da Ju-

ventude, que foi no dia 12, a Câmara de Vitória vai fazer uma sessão especial. Além das homenagens, vai ter roda de capoeira, funk e shows musicais, por conta do vereador Devanir Ferreira.

SITUAÇÃO DELICADA

"Ser presidente da Comissão de Justiça é a coisa mais complicada do mundo. Não dá para ficar colocando deputado contra deputado, instituição contra instituição". Do deputado Rodrigo Coelho, ao defender os pareceres da comissão que preside.



TONATO 2015

A diferença entre Dilma e Collor

Apesar dos fartos argumentos que existem contra o PT e contra o governo da presidente Dilma Rousseff, inclusive de suspeitas de improbidade administrativa e de recursos financeiros em sua campanha de reeleição, provenientes de empresas que tem negócios com o Governo e envolvidas em denúncias de corrupção, o impeachment, ou cassação do mandato da presidente é algo pouco provável.

Fazendo um comparativo com o que aconteceu com o ex-presidente Fernando Collor de Mello, que teve o mandato cassado em 1992, percebe-se que o problema pode ser mais uma questão ideológica do que constitucional.

Collor foi eleito em 1990 representando a centro direita, que tinha a hegemonia da política brasileira. Naquela ocasião a centro esquerda aflorava no país. O PT que crescia no parlamento; o PSDB que apesar de ter sido fundado em 1988 já mostrava musculatura; PSB, PDT, PC do B entre outros partidos conquistavam cada vez mais espaço e encantavam multidões com seus discursos, programas e propostas transforma-

doras, principalmente estudantes, trabalhadores e camponeses.

A depressão que Collor causou ao povo brasileiro ao confiscar a poupança, somadas à sua arrogância e prepotência, levou-o a perder apoio no Congresso, que piorou com as descobertas de caixa dois em sua campanha, cujos recursos pagavam suas contas pessoais.

Esses fatos foram se agravando e o povo foi para as ruas, os estudantes pintaram as caras com as cores do Brasil e daí pouco tempo Collor renunciou ao mandato em dezembro de 1990, mas já era tarde, o seu impeachment já estava em curso.

Collor de Mello, da direita, foi substituído pelo vice-presidente, Itamar Franco, de centro, do PMDB, que ainda era um partido cheio de ideólogos como Ulisses Guimarães, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, entre outras lideranças.

O que levou Collor ao declínio foram os crimes cometidos e que vieram à tona e a grande capacidade da esquerda de mobilizar multidões, que ganharam a mídia que por sua vez pressiona a classe política.

O que levou Collor ao declínio foram os crimes cometidos e grande capacidade da esquerda em mobilizar multidões

Filme já conhecido pelos capixabas

Em termos financeiros e em se tratando de corrupção, os números e os casos de hoje suplantam em centenas de vezes os da época, mas mesmo assim o ímpeto com que se pede o afastamento da presidente Dilma não se compara com a energia demonstrada no caso de Collor.

Ainda não há um crime que possa ser imputado à presidente Dilma que convença a centro esquerda a abraçar o impeachment dela. As supostas pedaladas fiscais e o dinheiro das empresas envolvidas no escândalo da Petrobras são muito mais danosos aos cofres da nação do que o Fiat Elba

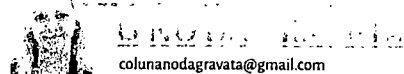
que Collor comprou com dinheiro do caixa dois da campanha. Mas ainda não estão explícitas na mão da presidente.

As forças políticas que estão hoje no campo de esquerda, como Marina Silva, o PSB, Psol, PC do B e também os movimentos sociais aos quais essas forças estão inseridas não vão abraçar a tese do impeachment, tirando o poder um partido e uma presidente de centro esquerda para entregar o poder à centro direita, que no caso é o vice-presidente da República Michel Temer. Mesmo que surja um crime irrefutável contra Dilma Rousseff, essas forças vão

preferir tirá-la no voto.

Assim, vamos assistir a nível nacional um filme já conhecido no Estado, o mandato de governador de José Ig-nácio Ferreira (de 1999 a 2002), envolvido em um mar de denúncias de corrupção. Uma travessia longa, sofrida para os capixabas e onerosa para os cofres públicos. Calvário que só terminou em 2003, quando Paulo Hartung assumiu o governo após sair vitorioso das urnas.

Ficando Dilma na presidência, o povo brasileiro pode se preparar para uma travessia longa, sofrida e onerosa.



colunadagravata@gmail.com

Bola nas costas de Gideão

Após defender o registro de frequência com o ponto biométrico para todos os servidores da Câmara da Serra, por meio do Projeto de Resolução 01/2014, o vereador Gideão Svensson (PR) levou 'uma bolada nas costas', já que seus colegas de plenário alteraram, com emendas, o texto do seu projeto, reduzindo o número de funcionários obrigados a bater o ponto. Além disso, o equipamento de biometria passou a ser substituído pelo eletrônico.

Entre vaias e insultos

Gideão ainda teve que encarar a galeria, repleta de servidores da Casa, que interrompia seu discurso com vaias e insultos. "Com isso, apenas cinco servidores (total de 15) de cada gabinete são obrigados a bater o ponto, com crachá e ainda estão previstas várias situações que os isentam de tal obrigação. Resultado: votei contra o meu projeto e agora vou acionar o Ministério Público do Espírito Santo para que se posicione sobre esta situação", disse o indignado vereador.

Pátria do Venturini

Em nota divulgada nesta coluna, na edição 1.126/2015, o auditor fiscal Nicodemus Venturini foi equivocadamente identificado como filiado ao PSL. Servidor efetivo da Prefeitura da Serra, Venturini é presidente do Vitória Futebol Clube, time mais antigo do Estado em atividade. Ele informa que é filiado ao Partido Pátria Livre - PPL e está disponível para ser o pré-candidato a prefeito no Município da Serra.

Só ao vivo

Uma liminar concedida ao Mi-

nistério Público Federal (MPF) pelo Tribunal Regional Federal 2ª Região, anula o edital 08/2015 do concurso da Polícia Federal, na parte que estabelece o envio de foto para verificação da condição de negro dos candidatos. Com a decisão, a verificação deverá ser feita de forma presencial, e os até então reprovados neste quesito voltarão à listagem e serão eliminados apenas em caso de comprovada declaração falsa.

Redução da mordomia

Se depender do deputado estadual Hércules da Silveira (PMDB), o recesso parlamentar de julho, entre os dias 18 e 31, está com os dias contados na Assembleia Legislativa. Ele conseguiu 11 assinaturas dos colegas (eram necessárias 10) e protocolou na Casa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim do recesso no período. A proposta está sendo analisada pela Procuradoria Geral e propõe que as reuniões ordinárias aconteçam entre 22 de janeiro e 22 de dezembro. O deputado argumenta que o recesso é visto "como um privilégio pela sociedade". A PEC precisa ser aprovada por 3/5 dos deputados, 18 votos, e em dois turnos.

Encontro de gerações

Um encontro casual marcou a tarde de terça-feira na Prefeitura da Serra: Adalton Martinelli, ex-prefeito e ex-vereador; Silas Maza, secretário de Desenvolvimento Urbano; João Baptista da Motta, ex-prefeito, ex-deputado federal e ex-senador; Bruno Lamas, deputado estadual e ex-vereador; Edson Hermes Guimarães, arquiteto aposentado. O que eles têm em comum? Uma lista de serviços prestados ao município.



TEMPO NOVO

www.portaltempoново.com.br

EDIÇÃO FINALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 18H

JORNAL TEMPO NOVO LTDA ME | CNPJ: 01.543.441/0001-00 | INSC. ESTADUAL: isento | INSC. MUNICIPAL: 017.199-0 | Registro nº 200.707.86.283 na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, em 25 de setembro de 2007 | ENDEREÇO: Rua Euclides da Cunha, 394 - SL. 104 - P.R. Laranjeiras, Serra - ES. CEP 29165-310 | TELEFONE: 27- 3082-0242 | EMAIL: jornaltempoново@gmail.com | DIRETOR GERAL: Eci Scardini | EDITOR-CHEFE: Bruno Lyra - brunolyra.jtn@gmail.com | SECRETÁRIO DE REDAÇÃO: Ana Paula Bonelli | DIRETOR DE MARKETING: Yuri Scardini | DIRETOR DE CONTEÚDO: Fabrício Ribeiro | GERENTE COMERCIAL: Karla Alvarenga | IMPRESSÃO: Gráfica Metro | TIRAGEM: 8000 exemplares

EMPRESA FILIADA AO

Sindijores

Ponto na Câmara da Serra é para a minoria

CONCEIÇÃO NASCIMENTO

Implantado no final do ano passado, o ponto biométrico para parte dos servidores da Câmara já não está valendo mais. É que na sessão desta segunda (24) os vereadores aprovaram nova regra, alterando o Projeto de Resolução 01/2014 com emendas, que na prática muda a forma de registro de presença: passa a valer o uso de ponto eletrônico com crachá.

Fica mantido um polêmico item da regra anterior, a obrigatoriedade do ponto é para apenas cinco dos 15 assessores que cada vereador tem direito a nomear. O Projeto que instituiu o ponto biométrico é de autoria de Cideão Svensson (PR), que foi o único que votou contra as modificações aprovadas nesta segunda.

"O projeto aprovado foi alterado, já que defendo o ajustamento feito com o Ministério Público, com registro de oito servidores diariamente. Colocaram o ponto eletrônico, que pode registrar a frequência por crachá; apenas cinco servidores de cada gabinete serão obrigados, sendo que será possível fazer o registro manual", argumenta Cideão.

Ainda segundo Cideão, os servidores encontrarão várias alternativas para não registrar o ponto e utilizarem o registro em livro. "Caso percam o crachá e até mesmo o esqueçam. Também se o equipamento estiver quebrado. Vou questionar isso junto ao Ministério Público", listou.



TONINHO Silva e Cideão Svensson: enquanto o primeiro defende o ponto com cartão, Cideão alerta para riscos de fraudes e critica a obrigatoriedade só para alguns

O vereador Toninho Silva (Derm) pondera que alguns assessores acompanham vereadores em eventos fora do Legislativo. "O ideal é que todos os servidores utilizassem o ponto, mas o gabinete não comporta os 15 assessores. A Casa optou que cinco deles batam ponto", conta.

Segundo informações da Assessoria de Comunicação da Câmara da Serra, o equipamento adquirido em 2014 será adaptado para leitura de cartão, não sendo necessário comprar outro. A Câmara tem 345 servidores. Destes, 139 são obrigados a bater ponto (15 dos gabinetes e 24 da administração).



230 no trabalho externo e 115 no trabalho interno dos gabinetes. Administração tem 32 servidores, 24 batem o ponto e oito (superintendente, procuradores e coordenadores) não batem.

soria de Comunicação da Câmara da Serra, o equipamento adquirido em 2014 será adaptado para leitura de cartão, não sendo necessário comprar outro. A Câmara tem 345 servidores. Destes, 139 são obrigados a bater ponto (15 dos gabinetes e 24 da administração).

Subseção da OAB na Serra completa dois anos

A subseção da Ordem dos Advogados do Espírito Santo (OAB) na Serra completou dois anos no último dia 21. Localizada na sede do município, tem 788 associados e é a 3ª maior do ES. O presidente da Subseção, Eduardo Sérgio Bastos Pandolpho, disse que a entidade conta com três espaços para dar suporte aos advogados que atuam no município.

A sede da Subseção em cima da Farmácia São Benedito, as salas de apoio no Fórum da Serra e também no prédio onde funcionam os Juizados Especiais.

No Fórum, a estrutura fica no 4º andar e tem dois escritórios privados equipados com computadores, impressoras, telefone e internet. "É aberto para profissionais inclusive de outros municípios e Estados. E sem custo", detalha Pandolpho.

Segundo o presidente no local também são oferecidos cursos de capacitação para os profissionais e consultorias, como a de processo eletrônico ofertado pelo Dr. Marcos Abreu gratuitamente às segundas feiras.

Outra articulação da subseção é a oferta de uma lista de advogados para o judiciário, onde o magistrado escolhe um profissional para defender réus que não puderam pagar advogado, ou não conseguiram via defensoria pública, sendo o honorário pago pelo estado.

rio pago pelo estado.

"Conseguimos fazer um rodízio de profissionais com este projeto que ajuda tanto os iniciantes que adquirem experiência e fazem nome quanto os experientes que conseguem com isto, complementar seus honorários. Nossa luta agora é por ter uma sede própria e já recebemos uma promessa do prefeito Audifax Barcelos (PSB) nessa direção", frisa.

O telefone da Subseção é o 3251-3391. O funcionamento é de segunda à sexta das 12h às 18h.



EDUARDO Pandolpho é o presidente da Subseção da OAB na Serra.

OLHAR DA CIDADE

LEONARDO LIS | bisdossantos@yahoo.com.br



A crise e os desafios da Serra

Esta semana foram divulgados dados sobre o saldo do emprego/desemprego, no acumulado janeiro-julho de 2015. Os dados mostram que apenas três municípios do ES tiveram saldo positivo e na outra ponta está a Serra, com saldo negativo de 6.429 empregos no período.

Analisando os detalhes dos dados para o Estado, observamos que o setor comércio perdeu 9.174 postos; o de serviços, 6.609; e o da construção civil 5.245, somente este ano. Se comparados os últimos 12 meses, a construção civil foi o setor que mais teve retração, com 9.942 postos de trabalho fechados em todo o ES.

E o que está ruim pode ficar pior... Infelizmente, as notícias dessa se-

mana não foram boas, dada a queda no ritmo de crescimento da China. Esta deverá ter efeitos consideráveis, principalmente para a indústria e o comércio exterior capixabas. A Serra, com seu parque industrial e sua vocação para o comércio exterior, certamente será um dos municípios mais afetados.

Sabe-se que a política fiscal é, em grande medida, responsabilidade do Governo Federal, mas há de se esperar das autoridades municipais medidas para enfrentar essa situação. Em 2009, em um entendimento político entre o Executivo e o Legislativo, foi aprovada e sancionada a Lei 3.360/2010, que estabeleceu uma série de vantagens competitivas para atrair investimentos de construção civil na Serra. Por que não buscar saídas como essa nesse momento?

Administrar na bonança é tarefa relativamente fácil. O que esperamos agora é ousadia e criatividade para o enfrentamento do que estamos passando — e do que virá no futuro próximo.

VENDE-SE CHÁCARAS EM SANTA TERESA

A 8km do Centro

ÁREAS A PARTIR DE 1200M2
COM ÁREA DE LAZER COMUM
LAGO COM PEDALINHOS
CIRCUITO PARA CAMINHADAS
COM ÁGUA E LUZ

A partir de R\$60.000,00
 Entrada de R\$10.000,00
 40 fixas de R\$1.000,00
 12 Intermediárias Anuais de R\$5.000,00
ESCRITURADO
 financiamento direto com o proprietário

CONTATO: 99761-7776 / 99298-6447